

DESAFIOS NOS BASTIDORES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DO EDUCADOR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS- PROJovem

Miriã Santos Santana*
UNEB
miriassant@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

As transformações crescentes que a sociedade contemporânea vivencia a partir da globalização e dos princípios neoliberais tem trazido fortes influências nas políticas sociais e educacionais. Neste cenário de significativas mudanças, optamos por fazer uma reflexão da formação continuada de professores e a gestão participativa de um modelo de organização escolar voltada para articular educação, trabalho e juventude com base no *estudo de caso* do **Programa Nacional de Inclusão de Jovens- ProJovem**.

Objetivamos estudar os princípios da organização e gestão no ambiente do ProJovem, dando especial atenção à implementação do mesmo no Município de Salvador no estado da Bahia e a questão da autonomia como fundamento de uma concepção democrática na formação inicial e continuada dos gestores e educadores do Programa. Assim propomos a seguinte problemática: Como essa autonomia é gerida em função dos atores envolvidos no programa? Em que perspectiva acontece a formação continuada dos gestores e educadores do programa? Com este estudo pretendemos conhecer um possível caminho que aponta para um modelo experimental de escola que esta sendo desenvolvida com e base nas determinações das atuais políticas educacionais, políticas essas que se baseiam na Constituição de 1988, que institui a gestão democrática nas instituições públicas de ensino e na atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei No.9394/96 que, no Artigo 37, prevê a educação de jovens e adultos, destinada aqueles que não tiveram acesso à continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Ao pensar em novos modelos de gestão educacional, pensa-se em uma escola democrática e participativa, que prepare o educando para o exercício da cidadania plena. A escola é um espaço que promove a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores ao educando, pela ação mediadora dos professores. Entendendo que a função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento

* Licenciada em Pedagogia, aluna especial do Mestrado em Educação da Universidade do Estado da Bahia, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Psicanálise e Representação Social-GEPE-RS, Assessora de Desenvolvimento/Educação- SENAI-BA.

das capacidades cognitivas, sociais e morais. Surge, portanto, o ProJovem, apontando para um programa com características sociais bem acentuadas e com intenções de vencer os velhos paradigmas da escola vigente.

CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS A GESTÃO EDUCACIONAL

As relações entre a escola e a democracia, a compreensão do significado de gestão democrática da educação e os conceitos de poder, autonomia e descentralização são importantes para a apreensão dos demais conhecimentos sobre o estudo do modelo em questão. Portanto, há variedades de conceitos para estes termos que dependem da visão de sociedade que cada autor ou corrente teórica pressupõem. Vejamos o que nos apresenta Libâneo (2004, p. 97):

Organização, administração e gestão são termos aplicados aos processos organizacionais, com significados muito parecidos. Organizar significa dispor de forma ordenada, articular as partes de um todo, prover as condições necessárias para realizar uma ação; administrar é o ato de governar, de pôr em prática um conjunto normas e funções; gerir é administrar, gerenciar, dirigir. No campo da educação, a expressão organização escolar, termo que tradicionalmente caracteriza os princípios e procedimentos referentes a ações de planejar o trabalho da escola, racionalizar o trabalho das pessoas...os termos *gestão direção*, ora tomados como sinônimos, ora o primeiro praticamente se confundindo com administração e o segundo como um aspecto do processo administrativo.

As relações entre escola e democracia e a compreensão do significado de gestão democrática nos conduzem ao dicionário Aurélio (v.3.0) que define primeiramente democracia como “Governo do povo; soberania popular” e a Bobbio (2000), quando afirma que democracia é o governo de muitos, o governo de poucos e ele mesmo entende povo como conjunto de cidadãos e a quem cabe direito de tomar decisões. A gestão democrática do ponto de vista metodológico é um processo político – pedagógico de discussão e planejamento, decisão, coordenação e execução de ações, acompanhamento, controle e avaliação do conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da escola. Sendo assim, uma gestão democrática é aquela que defende a participação no processo de tomada de decisões coletivamente, participativamente, Libâneo (2004). O autor continua afirmando que “a participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões em funcionamento da organização escolar”. Constatamos, então, que o conceito de participação se fundamenta no de autonomia.

O que é autonomia? É a faculdade de se governar por si mesmo. Acrescenta Libâneo (2004, p.141):

A autonomia de uma instituição significa ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, manter-se relativamente independente de poder central, administrar livremente recursos financeiros. Assim, escolas podem traçar seu próprio caminho, envolvendo professores, alunos, funcionários, pais e comunidade próxima que se tornam co-responsáveis pelo êxito da instituição. Dessa forma, a organização da escola se transforma em instancia educadora, espaço de trabalho coletivo e de aprendizagem.

Ainda de acordo com o autor a autonomia de uma instituição significa ter poder de decisão sobre seus objetivos e suas formas de organização, manter-se independente do poder central, tanto administrativamente como também nas questões pedagógicas. A autonomia deve ser compreendida como um dos aspectos relevantes para a edificação da gestão democrática, todavia verifica-se que nas escolas, nos programas educacionais existe uma autonomia restrita, o que vai muitas vezes atrofiar o próprio processo de mudanças. À luz destas questões analisaremos a formação continuada dos gestores e educadores do Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

PROJOVEM: POR QUE E PARA QUÊ

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, foi implantado em 2005, nas principais capitais brasileiras, como componente estratégico da Política Nacional de Juventude, do Governo Federal. Destinava-se inicialmente à jovens de 18 a 24 (posteriormente 18 a 29) anos a que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental e não têm vínculos formais de trabalho. Aos jovens o programa oferecerá oportunidades de elevação da escolaridade, qualificação profissional e execução de ações comunitárias de interesse público. Devido à necessidade de se investir em políticas voltadas para a juventude, o governo federal constituiu durante o ano 2004 um grupo interministerial que envolveu 19 ministérios, secretarias e órgãos técnicos especializados, a exemplo dos técnicos do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), consulta a UNESCO para elaborar um diagnóstico sobre a juventude brasileira e mapear as ações endereçadas aos mesmos. Para sugerir políticas públicas para jovens brasileiros foi considerada a sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades. Ao ser traçado o perfil sócio- econômico constatou-se que eles são aproximadamente 34 milhões da população brasileira, fortemente atingida pelos mecanismos da exclusão social. As

desigualdades de renda evidenciada nas pesquisas, foi levada em consideração para o seguinte perfil encontrado no Manual do Educador do ProJovem (2005.p.12):

- Acesso restrito à educação de qualidade e frágeis condições para permanência;
- Inadequação da qualificação para o mundo do trabalho;
- Envolvimentos com drogas, gravidez precoce, mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio);
- Baixo acesso às atividades de esporte, lazer e cultura.

A pesquisa acrescenta ainda que de um modo prematuro esses jovens afastados da escola, cerca de 23,4 milhões, não estavam inseridos no mercado formal. Dentre esses jovens, 14 milhões, (60%) desenvolviam algum tipo de ocupação, sendo que 13% ou mais de 1,0 milhões de jovens declaram-se como desempregados (55% eram mulheres). As maiores taxas de desemprego (24,6%) encontravam-se nas regiões metropolitanas, enquanto nas áreas urbanas não metropolitanas chegavam a 17,6%. Segundo dados do Censo de 2000, 83% dos jovens brasileiros 15 a 24 anos, viviam no meio urbano, sendo que 31% em regiões metropolitanas, onde se evidenciava o crescimento de favelas e periferias caracterizadas pela ausência de infra-estrutura e equipamentos urbanos e de segurança pública. Como resultado do trabalho do grupo interministerial da juventude surgiu: a Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da juventude e o **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem**.

PROJOVEN: MUDANÇA OU INOVAÇÃO?

Não é necessário ser um grande pesquisador da educação para reconhecer que, na concepção de escola, a massa juvenil necessita de uma grande transformação. Segundo Libâneo (2004) a escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social. O Programa Nacional de Inclusão de Jovens, assume este desafio na sua proposta curricular de caráter experimental. Vejamos os seguintes destaques a partir do Manual do educador:

a) FINALIDADE

Proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre:

1. Elevação da escolaridade, na perspectiva da conclusão do ensino básico;
2. Qualificação profissional com certificação de formação inicial;
3. Desenvolvimento de ações comunitária de interesse público.

b) O PROJOVEM CARACTERIZA-SE POR:

- Valorizar a singularidade da condição juvenil, suas necessidades Seus desejos frente às suas condições socioeconômicas e culturais;
- Reconhecer o jovem como sujeito de direitos; e
- Viabilizar sua participação ativa no processo de aprendizagem em que está inserido.

C) GESTÃO COMPARTILHADA

Desenvolvido por iniciativa do Governo Federal, a gestão do ProJovem conta com um comitê Gestor coordenado pela Secretaria – Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministérios da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do desenvolvimento Social Combate a Fome. Como suporte operacional, Comitê contará com uma Comissão Técnica também composta por representantes da Secretaria – Geral e dos três Ministérios parceiros.

O programa será executado em parceria com as prefeituras das 26 capitais brasileiras e o governo do Distrito Federal. Poderão integra-se ao Programa outros participantes locais como governos estaduais, Cefet's, universidades, unidades operacionais do Sistema "S", organizações as sociedades civil, igrejas etc...

A gestão prevista para o ProJovem no Município de Salvador, foi implementada nos mesmos moldes da gestão nacional, ou seja, como uma combinação de esforços entre várias secretarias de Governo e a criação de uma coordenação municipal, composta por um coordenador responsável, escolhido, de preferência, entre os titulares de uma das áreas envolvidas; um coordenador administrativo, um coordenador pedagógico, um coordenador da área de qualificação profissional, um coordenador da área de assistência social e duas pessoas de apoio, com formação, pelo menos, em nível médio completo, para atender as demandas técnico – administrativas. Ao criar uma organização curricular o programa enfrenta o desafio de romper com os conceitos concebidos no decorrer da historia da educação brasileira. Para tanto, é necessário ter clareza quanto às concepções que fundamentam um projeto pedagógico como requerido pelo ProJovem.

Para articular os referidos conceitos dentro da proposta do programa, levou-se em consideração o diagnostico levantado e mais precisamente os anseios destes jovens o que deverão ter clareza na pratica pedagógica democrática, a fim ter de significação para esses jovens como nos acrescenta Freire (1997):

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que percebemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho das escolas, nos pátios dos recreios, em que

Reconhecemos que inovação é essencial na educação contemporânea e esta depende da autonomia em qualquer modalidade de programa educacional. No ProJovem analisaremos algumas facetas do seu projeto integrado.

PROJETO PEDAGÓGICO INTEGRADO: IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA GESTÃO PARTICIPATIVA

O marco referencial do ProJovem é a *integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária*. A proposta é aliar teoria e prática, formação e a ação, explorar a dimensão educativa do trabalho e da participação cidadã. A organização curricular flexível alternará momentos presenciais e de auto-estudo, trabalhando de forma integrada os componentes curriculares, ou seja, de um modo interdisciplinar. Essa interdisciplinaridade exige que a organização curricular vá além da mera justaposição de disciplinas ofertadas de forma estanque, mas, ao mesmo tempo, que se evite a diluição de conhecimentos numa generalidade amorfa e superficial, parecer do CNE/CEB no.2/2005, p.5. O *Desenho básico do currículo organização do espaço*:

A carga horária é de 2000 horas sendo 1560 presenciais e 400 horas não presenciais, a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos (78 semanas). Esse percurso formativo foi organizado nas seis unidades formativas mencionadas, cada uma com a duração de três meses. O desenvolvimento das atividades previstas pressupõe a dedicação dos jovens ao curso por aproximadamente 26 horas semanais. As horas presenciais (20 horas semanais) incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, práticas relacionadas ao campo de Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, sob a supervisão de um educador. As horas não-presenciais são dedicadas às leituras e atividades das unidades formativas e à elaboração de planos e registros - individualmente ou em pequenos grupos - nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes. Sempre considerando a necessária integração entre os componentes curriculares e a propriedade de desenvolver a Formação Básica de modo a apoiar a Qualificação Profissional e a Participação Cidadã, a carga horária do curso será distribuída da seguinte maneira:

Carga horária	Formação	Qualificação	Participação	Total
Horas presenciais	Básica	Profissional	Cidadã	1560
Horas não presenciais				440

			Total	2000
--	--	--	-------	------

O curso é organizado em seis unidades formativas (I Juventude e Cultura, II Juventude e Cidade, III Juventude e Trabalho, IV Juventude e Comunicação, V Juventude e Tecnologia , VI Juventude e Cidadania). Quanto à organização do espaço, o programa é desenvolvido em núcleos, composto de 5 (cinco) turmas, com 30 (trinta) jovens cada, que deve funcionar diariamente. Conta também com 5 (cinco) educadores habilitados nas diferentes áreas do ensino fundamental (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Sociais, Ciências da Natureza, Língua Estrangeira), que atuarão como professores orientadores (um por turma) e como professores- especialistas (de todas as turmas), em horários previamente estabelecidos, totalizando neste município 520 profissionais. Cada 8 (oito) estarão vinculados a uma Estação Juventude. Essa estação funcionará como espaço de referencia para os jovens e os educadores que atuam nos núcleos. Será um local de encontro, busca de informação, orientação, estudo e servindo ainda para o desenvolvimento de atividades de grupo. O plano de implementação da gestão do ProJovem foi estruturado com cinco sistemas integrados, que deve garantir a execução das programações em todos os níveis no Programa Nacional de Inclusão de jovens:

1. O Sistema Institucional- compreende a organização pó equipe multidisciplinar, do material pedagógico, pedagógico planejado “para dar sustentação ao processo de ensino-aprendizagem”;
2. O Sistema Operacional- compreende as ações administrativo-pedagógicas necessárias para fazer acontecer às ações previstas;
3. O Sistema de Formação Continuada e de Apoio à Aprendizagem a seleção e a preparação dos docentes do curso e o esquema de trabalho dos professores orientadores;
4. O Sistema de Comunicação e Informação;
5. O Sistema de monitoramento e avaliação.

O projeto pedagógico e gestão organizacional do Projovem foi concebido na sua totalidade pela comissão gestora nacional e enviado às capitais dos estados para da ser aplicado nos

moldes da sua criação. Como gestora de uma das instituições “parceiras” do programa, encarregada de conduzir a formação inicial e continuada dos gestores e educadores do Município de Salvador, enfrentamos diversos desafios para implantar e operacionalizar a citada formação. Entendendo que a formação continuada de professores faz parte do contexto de um projeto político- pedagógico e este é um instrumento para que ação do docente seja bem sucedida. O ProJovem , quando da sua implantação investiu em 160 horas de Formação Continuada sendo 96 horas presenciais e 64 não presenciais perfazendo 16 encontros de 6 horas. A formação focalizou no processo do programa e todas as ações curriculares tratadas nas Unidades Formativas, tendo também como referencia o Manual do Educador, cuja tônica é a construção do conhecimento teórico-prático, integrando conteúdos do Ensino Fundamental, temas e qualificação para o trabalho e ação comunitária.

A seguir refletiremos sobre a formação, as dificuldades enfrentadas e alguns pontos que foram imbricados pelas determinações de um programa pronto para execução. Inicialmente, nos deparamos com resistências ao diálogo pela própria instituição encarregada pela comissão nacional de repassar a filosofia e fundamentos gerais do programa. A resistência a ouvir o outro trouxe um desconforto com o qual tivemos que lidar imediatamente para não influenciar negativamente a equipe que posteriormente viria a ser a equipe de formadores dos gestores municipais. A ênfase era repassar os conteúdos tal qual estava no manual, ou seja, de modo reprodutivista, sem espaço para acrescentar sugestões se baseasse na diversidade e realidade local. Outra situação de conflito foi vivida entre educadores foi a dificuldade para quebrar velhos paradigmas do modelo tradicional de escola. O marco referencial do programa, integração entre formação básica, qualificação profissional e ação comunitária. Alguns profissionais oriundos de outras classes profissionais não aceitavam ser vistos como “educador”, deixando transparecer um sentimento de inferioridade e até mesmo segundo eles, de desrespeito à sua profissão. Os educadores habilitados nas diferentes áreas do Ensino Fundamental disputavam entre si o título da disciplina mais importante e não conseguiam assimilar a metodologia interdisciplinar onde todos são colocados no mesmo patamar ou grau de importância a fim do coletivo sobressair. Enfrentamos também na Formação Continuada dos Gestores e Educadores a mistura dos diversos níveis de escolaridade. No espaço da formação encontravam-se pessoas com formação de mestrado ao ensino fundamental incompleto (pessoas que iriam trabalhar com a qualificação profissional, a exemplo de costureira, ladrilheiro etc.) Vivenciamos também junto a alguns professores o completo desconhecimento de conceitos como o de interdisciplinaridade e práticas pedagógicas que pensávamos ser parte do cotidiano dos mesmos, tais como organizar planejamento de aulas,

traçar objetivos, trabalhar em equipe. Os quatro pilares da educação estavam presentes em todos os momentos da formação: *O aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser*. Tudo isto converte-se em um desafio para repensar a educação e um convite para aprendizagem em qualquer que ambiente educativo de acordo com Tardifi (2002,p.1010): “os tempos e as áreas de educação devem ser repensados, complementar-se e interpenetrar-se de maneira a que cada pessoa, ao longo de toda a sua vida, possa tirar o melhor partido de um ambiente educativo em constante ampliação”. A partir do quadro delineado buscamos encontrar alternativas para que os atores educacionais do processo, no caso, os educadores, pudessem minimizar a sensação de impotência e frustração que inviabilizava a participação autêntica dos mesmos no programa.

CAMINHOS POSSÍVEIS NA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA NA REALIDADE INVESTIGADA

Os limites da autonomia no ProJovem são demarcados, dentre outros fatores, pela relativa incapacidade de decisão no âmbito local do programa. Assim verificamos na realidade pesquisada, que a instituição formadora junto a sua coordenação pedagógica e professores não tem poder decisório, uma vez que essas decisões são hierarquizadas. Os coordenadores e os professores que fariam a formação continuada receberam o programa concebido para ser executado, do mesmo modo ele deve ser repassado para gestores e educadores municipais, os quais muitas das vezes, não se comprometem com sua operacionalização porque não se sentem atores partícipes do processo. Não podemos perder de vista as possibilidades de criarmos caminhos de conquistar a autonomia. Os atores da escola precisam estabelecer um processo de inter-relação e concomitantemente buscar um caminho autônomo mesmo consciente de seus limites. Entre os caminhos possíveis, apostamos que a formação do educador não passa apenas pela competência técnica, mas também pelas relações que se originam do contato com outras pessoas, o que nos conduz a investir numa prática da valorização de experiências individuais. Par tanto, resolvemos apostar no *diálogo* em meio a todos os conflitos que surgiram. Os formadores da instituição instituíram algumas práticas na sala de aula que estimulavam o conhecimento do outro como pessoa humana. Iniciavam as atividades geralmente com técnica de sensibilização ou dinâmicas de grupo. Criaram diversas alternativas de entrosamento como a prática do “lanche coletivo” no qual cada um dos educadores em formação traziam um prato com doce ou salgado e compartilhavam uns com os outros. Havia também um dia destinado ao “café nordestino” onde os pratos da culinária baiana davam lugar a um jejum alegre e apetitoso. A partir daí iniciou-se o estabelecimento

de vínculos dando lugar ao diálogo e aceitação do outro, o que possibilitou ao professor formador criar um clima de alegria e harmonia que favorecia o ensino e aprendizagem dos conteúdos do programa. Na gestão da sala havia autoridade na ação do educador formador, mas não autoritarismo. Com estes pequenos atos, os educadores formadores estavam sinalizando para um princípio fundamental da gestão educacional democrática participativa que é *diminuição das distancias hierárquicas*.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As reflexões aqui propostas são apenas um ensaio para uma análise mais apurada de um assunto tão atual que é a gestão participativa. Em relação ao estudo de gestão na perspectiva da formação continuada do Programa Nacional Inclusão de Jovens ainda há muito espaço a percorrer, pois desde sua implantação já houve alguns ajustes. Insistimos em afirmar que a autonomia não consiste apenas em ordenamento de regras, objetivos ou até mesmo na elaboração de um projeto político- pedagógico, critico e ordenado, ela é um processo a ser concluído. Construção essa, fundamentada no diálogo e na pedagogia cooperativa que estimula a inovação como estabelece a Comissão Internacional sobre Educação para Século XXI da UNESCO:

“A autonomia das escolas estimula fortemente a inovação. Nos sistemas excessivamente centralizados a inovação tende a limitar-se a experiências piloto, destinadas a servir de base, em caso de sucesso, a medidas de caráter geral. Não serão, necessariamente aplicadas de maneira pertinente em todas as situações: de fato é sabido que o sucesso das inovações depende, essencialmente, das condições locais. Por isso, o importante parece ser generalizar a capacidade de inovar mais do que as inovações em si mesmas”.
(DELORS,1999,p.173)

Inovações estas tão necessária na escola para formar a pessoa solidaria, fraterna, justa e democrática que se reconheça participante do processo onde todos estão ligados, independentemente das pressões do sistema dominante.

BIBLIOGRAFIA

BOBBIO, Noberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Ridel, 1996.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial de República Federativa do Brasil. Brasília, DF, n.248, que 23 dez. 1996.

DELORS, Jacques et AL. Educação para o Século XXI. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio dicionário de língua portuguesa sec. XXI. Rio de Janeiro. Nova Fronteira (2003). Versão 3.0 (eletrônico).

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs). Autonomia da escola: princípios e preposições. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNIO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria pratica. 5 ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

NETO, Cabral Antonio e Silva, da Campelo Tatiana. Projeto Político- Pedagógico como mecanismo de autonomia escolar. Revista Gestão em Ação UFBA, Salvador, v.7n.1,p.05-16, jan./abr.2004.

Paro, Vitor H. Administração escolar: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1988.

PARÂMETRO CURRICULARES NACIONAIS. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação. Brasília, 2001.

PERRENOUD, Philippe. 10 novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM). Unidade Formativa I. Manual do Educador, Organizadora: Maria Umbelina Caiafa Salgado. Brasil: Presidência da República Geral, Brasília, 2005.

PARECER CNE/CEB n.2/2005 aprovado em 16/03/2005.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção. Campinas. S.P: Papyrus, 1995.